



SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 12 de dezembro de 2017 e

**Balço Patrimonial
Demonstração de Resultado
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração do Patrimônio Líquido
Notas Explicativas
Demonstração dos Recursos de Consórcio
Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos
Relatório de Auditoria Independente
Relatório de Administração**

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis
Diretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade
Contadora CRC-RS: 085035/O

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Sinosserra Administradora de Consórcio S/A, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas da

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Nesta Capital

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do seu resultado abrangente, das variações nas disponibilidades dos grupos e dos recursos coletados e utilizados dos grupos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A** em 31 de dezembro de 2017, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações do seu fluxo de caixa, as variações do seu resultado abrangente, as variações nas disponibilidades dos grupos e a movimentação dos recursos coletados e utilizados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil, de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluimos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As Demonstrações Financeiras levantadas em **31/12/2016**, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram por nós auditadas, sendo emitido relatório de auditoria independente em **23/03/2017**, sem ressalvas.

Porto Alegre, 27 de março de 2018.



BARBACOVI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/RS 2735

Cláudio Severo do Nascimento
Contador CRC/RS 49.356/O-7
CNAI N° 618

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balanco Patrimonial Levantado
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em R\$ mil)

	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO		
<u>Circulante</u>	21.123	41.052
Caixa e Bancos	418	76
Títulos e Valores Mobiliários	17.336	38.584
Serviços Prestados a Receber	7	135
Adiantamento e Antecipações Salariais	32	24
Impostos a Recuperar	1.426	801
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	341	355
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	879	879
Devedores Diversos - País	679	192
Despesas Antecipadas	5	6
<u>Não Circulante</u>	39.866	32.795
Realizável a Longo Prazo		
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	1.996	2.403
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	7.020	7.862
Impostos Diferidos a Compensar	201	186
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	9.062	10.451
Títulos e Valores Mobiliários - Partes Relacionadas	10.014	103
Aplicações em Quotas de Consórcios	200	1.947
Empréstimos a Grupos	9.923	8.445
Devedores por Depósito em Garantia	191	333
Investimentos em Imóveis	174	0
Imobilizado em Uso	1.073	1.052
Intangível	12	13
<u>Total do Ativo</u>	60.989	73.847

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

CNPJ 87.852.273/0001-42

Balço Patrimonial Levantado
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em R\$ mil)

PASSIVO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>	39.948	50.722
Dividendos a Pagar	1.039	295
Fiscais e Previdenciárias	630	474
Provisão para Pagamentos a Efetuar	150	278
Provisão para Férias c/Encargos	129	102
Credores Diversos - País	3.045	802
Recursos a Devolver a Consorciados	34.529	48.353
Provisão p/Contingências Trabalhistas	426	418
<u>Não Circulante</u>	9.062	10.484
Provisão s/Lucro Diferido	0	33
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	9.062	10.451
<u>Patrimônio Líquido</u>	11.979	12.641
Capital Social	4.500	4.500
Reserva de Capital	510	510
Reservas de Reavaliação	242	242
Reservas de Lucros	6.727	7.389
<u>Total do Passivo</u>	60.989	73.847

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração do Resultado Levantado
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016****(Em R\$ mil)**

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>Ano 2017</u>	<u>Ano 2016</u>
<u>Receitas Operacionais</u>	<u>11.692</u>	<u>22.864</u>	<u>24.454</u>
Receita de Prestação de Serviços	9.053	18.083	18.039
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	1.479	3.280	5.352
Outras Receitas Operacionais	1.160	1.501	1.063
<u>Despesas Operacionais</u>	<u>(23.089)</u>	<u>(31.688)</u>	<u>(22.696)</u>
Despesas com Pessoal	(2.124)	(4.586)	(5.394)
Despesas Tributárias	(2.731)	(4.114)	(2.894)
Despesas Administrativas	(13.811)	(17.631)	(10.088)
Despesas Financeiras	(290)	(743)	(3.581)
Outras Despesas Operacionais	(4.168)	(4.649)	(735)
Resultado Extraordinário	35	35	(4)
Resultado antes das Particip. em Outras Empresas	(11.397)	(8.824)	1.758
Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	56
Resultado antes da Tributação s/Lucros	(11.397)	(8.824)	1.814
Imposto de Renda	3.010	2.480	(413)
Contribuição Social	1.045	849	(158)
Resultado Líquido do Exercício	<u>(7.342)</u>	<u>(5.495)</u>	<u>1.243</u>
Resultado Líquido por Ação	<u>(1,6316)</u>	<u>(1,2211)</u>	<u>0,2762</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Levantadas
em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016
(Em R\$ mil)

Eventos/Contas	Capital	Reserva	Reservas	Reservas de Lucros			Ações	Lucros	Total	
		Capital		Legal	Aumento	Amortização				Lucros
Ano	Social	Ágio Alienação Ações Próprias	de Reavaliação	Legal	de Capital	Prejuízos	Retidos	em Tesouraria	Acumulados	
Saldo em 31/12/2015	4.500	0	242	717	771	230	7.631	(985)	0	13.106
Pagto. Dividendos Suplementares	0	0	0	0	0	0	0	0	(2.908)	(2.908)
Reversão Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	(2.908)	0	2.908	0
Baixa por Venda	0	0	0	0	0	0	0	985	0	985
Resultado Venda de Ações Tesouraria	0	510	0	0	0	0	0	0	0	510
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	0	1.243	1.243
Destinação do Resultado										
Reserva Legal	0	0	0	62	0	0	0	0	(62)	
Dividendos Propostos	0	0	0	0	0	0	0	0	(295)	(295)
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	886	0	(886)	0
Saldo em 31/12/2016	4.500	510	242	779	771	230	5.609	0	0	12.641
Pagto. Dividendos Suplementares	0	0	0	0	0	0	0	0	(4.000)	(4.000)
Reversão Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	(4.000)	0	4.000	0
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	0	(5.495)	(5.495)
Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	(702)	(702)
Resultado Abrangente	0	0	0	0	0	0	0	0	10.574	10.574
Destinação do Resultado										
Reserva Legal	0	0	0	218	0	0	0	0	(218)	0
Dividendos Propostos	0	0	0	0	0	0	0	0	(1.039)	(1.039)
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	3.120	0	(3.120)	0
Saldo em 31/12/2017	4.500	510	242	997	771	230	4.729	0	0	11.979

2o. Semestre/2017	Capital	Reserva Capital		Reservas	Reservas de Lucros			Ações	Lucros	Total
		Social	Ágio Alienação Ações Próprias		de Reavaliação	Legal	Aumento de Capital			
Saldo em 30/06/2017	4.500	510	242	779	771	230	5.298	0	0	12.330
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	0	(7.342)	(7.342)
Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	(294)	(294)
Resultado Abrangente Destinação do Resultado	0	0	0	0	0	0	0	0	8.324	8.324
Reserva Legal	0	0	0	218	0	0	0	0	(218)	0
Dividendos Propostos	0	0	0	0	0	0	0	0	(1.039)	(1.039)
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	(569)	0	569	0
Saldo em 31/12/2017	4.500	510	242	997	771	230	4.729	0	0	11.979

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração do Resultado Abrangente
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016****(Em R\$ mil)**

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>Ano</u>	<u>Ano</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro Líquido do Exercício	(7.342)	(5.495)	1.243
Outras Receitas	12.611	16.021	0
Impostos sobre Lucro	(4.287)	(5.447)	0
Resultado Abrangente	982	5.079	1.243

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

CNPJ 87.852.273/0001-42

**Demonstração do Fluxo de Caixa Levantado
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**

(Em R\$ mil)

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>Ano 2017</u>	<u>Ano 2016</u>
<u>Fluxo das Atividades Operacionais</u>	(9.012)	(5.735)	882
Resultado Líquido do Exercício	(7.342)	(5.495)	1.243
Ajustes ao Resultado:			
Resultado Abrangente	8.324	10.574	0
Despesas de Depreciação e Amortização	24	46	54
Baixas Investimentos	0	0	6.202
Baixas Investimentos - Participações em Empresas	0	0	2.858
Baixas Imobilizado	21	22	5
Provisão para Contingências Trabalhistas	(11)	9	(36)
Impostos Diferidos a Compensar	4	(15)	(32)
Provisão para Impostos Diferidos	0	(33)	0
Resultado Equivalência Patrimonial	0	0	(56)
<u>Variações no Ativo Circulante</u>			
Serviços Prestados a Receber	70	128	(100)
Adiantamento e Antecipações Salariais	(6)	(8)	(10)
Impostos a Recuperar	(1.013)	(625)	(64)
Devedores p/ Compras de Bens	(65)	114	(376)
Devedores p/Compras Participações	96	(100)	(433)
Devedores Diversos - País	(385)	(487)	(177)
Despesas Antecipadas	29	1	4
<u>Variações no Passivo Circulante</u>			
Fiscais e Previdenciárias	(96)	156	73
Provisão para Pagamentos a Efetuar	(13)	(128)	256
Provisão Férias e 13º Salário	(360)	27	(87)
Credores Diversos - País	1.880	2.243	194
Recursos a Devolver a Consorciados	(11.277)	(13.824)	2.467
<u>Variações no Ativo Não Circulante</u>			
Devedores p/ Compra de Bens	(1.102)	1.802	(3.798)
Devedores p/Compras Participações	1.732	(553)	(5.343)
Aplicações em Cotas de Consórcios	1.477	1.747	41
Empréstimos a Grupos	(1.136)	(1.478)	(1.947)
Devedores por Depósito em Garantia	137	142	(56)
<u>Fluxo das Atividades de Investimento</u>	(5.141)	(10.174)	(125)
Títulos e Valores Mobiliários	(4.884)	(9.911)	(103)
Investimentos em Imóveis	(174)	(174)	0
Aquisição de Imobilizado	(81)	(87)	(10)
Aquisição de Intangível	(2)	(2)	(12)

<u>Fluxo das Atividades de Financiamento</u>	<u>(294)</u>	<u>(4.997)</u>	<u>(1.836)</u>
Custo Venda de Ações em Tesouraria	0	0	985
Ganho com Venda de Ações em Tesouraria	0	(295)	510
Dividendos Propostos/Pagar	0	0	(2.823)
Dividendos Suplementares	0	(4.000)	(508)
Juros sobre Patrimônio	(294)	(702)	0
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	<u>(14.447)</u>	<u>(20.906)</u>	<u>(1.079)</u>
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>			
No Início do Exercício	32.201	38.660	39.739
No Final do Exercício	17.754	17.754	38.660
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	<u>(14.447)</u>	<u>(20.906)</u>	<u>(1.079)</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantado em
31 de Dezembro de 2017 e 2016****(Em R\$ mil)****ATIVO**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>	<u>158.841</u>	<u>176.614</u>
Disponibilidades	1.423	242
Aplicações Financeiras	49.811	70.420
Outros Créditos	107.607	105.952
Bens Apreendidos	35	0
Contribuições a Receber Normais	94.760	89.358
Contribuições a Receber Atraso	1.215	2.643
Contribuições a Receber Ajuizadas	11.597	13.951
<u>Compensação</u>	<u>805.793</u>	<u>899.298</u>
Prev. Mensal Recursos a Receber de Consorticiados	3.966	4.736
Contribuições Devidas aos Grupos Consorticiados - Bens a Contemplar	423.804	468.716
	378.023	425.846
<u>Total do Ativo</u>	<u>964.634</u>	<u>1.075.912</u>

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantado em
31 de Dezembro de 2017 e 2016****(Em R\$ mil)****PASSIVO**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>	<u>158.841</u>	<u>176.614</u>
Obrigações com Consorciados	64.980	66.157
Valores a Repassar	4.689	5.841
Obrigações com Contemplações	40.442	46.770
Obrigações com a Administradora	3.443	2.421
Recursos a Devolver a Consorciados		
Ativos	12	9
Recursos a Devolver a Consorciados		
Desistentes	35.324	45.930
Recursos do Grupo	9.951	9.486
<u>Compensação</u>	<u>805.793</u>	<u>899.298</u>
Recursos Mensais a Receber de Consoiciados	3.966	4.736
Obrigações do Grupo	423.804	468.716
Bens a Contemplar	378.023	425.846
<u>Total do Passivo</u>	<u>964.634</u>	<u>1.075.912</u>

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração das Variações das Disponibilidades dos Grupos Levantada
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em R\$ mil)

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>Ano 2017</u>	<u>Ano 2016</u>
<u>Disponibilidades no Início do Período</u>	63.930	70.662	66.482
Depósitos Bancários	396	242	380
Aplicações Financeiras	63.534	70.420	66.102
(+)Recursos Coletados	33.815	90.313	109.377
Contribuições p/Aquisição de Bens	17.139	59.810	80.197
Taxa de Administração	7.966	16.464	17.150
Contribuição ao Fundo de Reserva	528	651	370
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.002	3.075	5.102
Multas e Juros	(6)	70	402
Prêmios de Seguros	779	1.630	1.568
Outros	6.407	8.613	4.588
(-)Recursos Utilizados	46.511	109.741	105.197
Aquisição de Bens	18.910	62.688	72.770
Taxa de Administração	8.068	16.628	17.097
Multas/Juros Repass. Administradora	89	235	250
Prêmios de Seguros Pagos	792	1.632	1.533
Custas Judiciais	(49)	(49)	2.785
Devoluções a Consorciados Desligados	12.966	17.834	0
Outros	5.735	10.773	10.762
<u>Disponibilidades no Final do Período</u>	51.234	51.234	70.662
Depósitos Bancários	1.423	1.423	242
Aplicações Financeiras	49.811	49.811	70.420

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Levantadas
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em Milhares de Reais

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Câncio Gomes, nº 344, Porto Alegre - RS, que tem por objetivo a administração de consórcios destinados à aquisição de bens de consumo durável por seus participantes.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e também às normas do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Administração entende que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações dos seus fluxos de caixa, as variações dos recursos de consórcios e as variações nas disponibilidades dos grupos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir:

a) Estimativas Contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, impostos diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

c.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

c.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

d) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

e) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 10, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

g) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

h) Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e, os passivos contingentes, avaliados como perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; **(ii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de eventuais processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sendo apurados com base no lucro real.

k) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observado o regime pro rata dia, exceto quanto à taxa de administração e as comissões de vendas, que são registradas pelo regime de caixa, conforme determinam as normas do Banco Central do Brasil.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	11.661	33.375
Títulos de Renda Fixa	5.675	5.209
Total	<u>17.336</u>	<u>38.584</u>

NOTA 05– IMPOSTOS DIFERIDOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisões Trabalhistas	110	101
Provisões Representantes	317	317
Provisões Para outros Pagamentos	<u>165</u>	<u>130</u>
(=) Diferenças Temporárias – IRPJ	<u>592</u>	<u>548</u>
IRPJ 25%	148	137
CSLL 9%	53	49
Total	<u><u>201</u></u>	<u><u>186</u></u>

NOTA 06 – RECURSOS AJUIZADOS DE GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante”.

NOTA 07– CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

Referem-se a títulos a receber relativos à alienação de investimentos em imóveis, sendo que a totalidade dos créditos se encontram em cobrança judicial. Sobre estes valores não foram constituídas provisões para perdas, uma vez que a administração e assessores jurídicos entendem que os valores são de provável recuperação e possuem garantias reais.

NOTA 08 – APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 09 – EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Contas	Taxa % Deprec.	Em Milhares de Reais	
		31/12/2017	31/12/2016
Terrenos	-	305	305
Edificações	-	778	778
Instalações	1,5 a 4%	280	278
Móveis e Utensílios	2 a 8%	233	238
Sistemas de Segurança	10%	35	35
Computadores e Periféricos	5 a 13%	130	128
Veículos	10%	176	130
Custo Histórico Corrigido		1.937	1.892
(-) Depreciações Acumuladas		(864)	(840)
Valor Residual Contábil		1.073	1.052

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Referem-se a contribuições e retenções incidentes sobre folha de pagamento e impostos incidentes sobre faturamento, os quais são apropriados e recolhidos mensalmente.

NOTA 12 – VALORES A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS

Estão representados, basicamente, por recursos a distribuir relativos a fundo de reserva e as obrigações a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os mesmos se encontram a disposição dos beneficiários.

NOTA 13 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 14 - PROVISÃO IMPOSTOS SOBRE LUCRO DIFERIDO

Trata-se de provisão de IRPJ e CSLL incidentes sobre ativos reavaliados, sendo realizada à medida que os ativos são depreciados ou alienados.

NOTA 15 – RECONCILIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação entre a despesa com imposto de renda e contribuição social e as alíquotas efetivas está assim demonstrada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes da CSLL/IRPJ	6.494	2.325
Adições		
Provisões Não Dedutíveis	55	154
Perda Equivalência Patrimonial	0	199
Outras adições	93	2
Exclusões		
Reversão provisões para contingências cíveis e trabalhistas	(11)	(570)
Outras Exclusões	0	(256)
Base de Cálculo da CSLL e do IRPJ	6.631	1.854
CSLL – 9%	(597)	(166)
CSLL Diferida a Compensar – 9%	4	8
CSLL Resultado Abrangente - 9%	1.442	0
Total CSLL	849	(158)
IRPJ – 15%	(995)	(278)
Adicional de IRPJ – 10%	(639)	(161)
IRPJ Resultado Abrangente	4.005	0
(-) Incentivos Fiscais – Dedução	98	3
IRPJ Diferido a Compensar (Reversão) – 25%	11	24
Total IRPJ	2.480	(413)

NOTA 16 – PARTES RELACIONADAS

a) Devedores por Compras de Imóveis

Valor referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M e geraram uma receita financeira de R\$ 84 (mil).

Parte Relacionada	Circulante		Não Circulante	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Sinoscar S.A.	317	294	1.984	2.403
Terceiros	24	61	12	0
Total	341	355	1.996	2.403

b) Devedores por Compra de Participações

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda de participações as empresas Companhia de Participações Sinosserra (ligada) e Themar Participações Ltda. (controladora), gerando uma despesa financeira líquida de R\$ 75 (mil), devido ao fato dos índices de correção (IPCA e IGPM) aplicados terem variado negativamente em 2017.

Parte Relacionada	Objeto	Circulante		Não Circulante	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Themar Part. Ltda.	Venda ações em tesouraria	98	100	1.367	1.395
Themar Part. Ltda.	Venda participação Terrenos	410	416	5.158	5.620
Cia. Sinosserra Part.	Venda participação Guaibacar	371	363	495	847
Total		879	879	7.020	7.862

c) Títulos e Valores Mobiliários – Não Circulante

O valor de R\$ 10.014 (mil) refere-se à letra de câmbio pós-indexada, adquirida junto à empresa ligada Sinosserra Financeira S.A., com data de vencimento em 11/09/2018.

d) Operações com Empresas Ligadas

A empresa contratou a Promoservice Promotora de Vendas e Serviços Ltda (empresa ligada) para que esta preste consultoria na área comercial, incluindo esforços de vendas, criação de novos produtos e reposicionamento mercadológico da marca e também na área de cobrança e controles internos, resultando em uma despesa de R\$ 6.500 (mil) em 2017.

NOTA 18 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Grupos de Consórcio

	<u>31/12/2017</u>
Grupos Administrados	24
Bens Entregues	771
Bens Pendentes de Entrega	452
Taxa de Inadimplência	7,73%
Consorticiados Ativos	5.199
Desistentes e Excluídos no ano	989

b) Aplicações Financeiras - Representam os recursos disponíveis e outros ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, ou aplicações efetuadas em nome de consorticiados contemplados as quais são mantidas em conta para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e/ou fundo de reserva de cada grupo ou consórcio contemplado, diariamente, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

c) Bens Apreendidos - Destina-se ao registro de bens apreendidos de clientes inadimplentes.

d) Contribuições a Receber Normais - São registrados os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorticiados contemplados.

- e) **Contribuições a Receber em Atraso** - Registra os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados em atraso.
- f) **Contribuições a Receber Ajuizadas** - Registra o valor das contribuições a receber de consorciados contemplados que estejam em atraso, com ação ajuizada.
- g) **Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados – Compensado** - Nesta conta é registrada a previsão de recebimentos de contribuições ao fundo comum e de reserva de consorciados ativos para o mês de **Janeiro de 2018** sendo que o montante foi calculado com base no preço do bem vigente em **31 de dezembro de 2017**, conforme determina a Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil.
- h) **Contribuições Devidas aos Grupos** - Referem-se ao valor total das contribuições ao fundo comum e de reserva devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo.
- i) **Consortiados - Bens a Contemplar** - Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.
- j) **Obrigações com Contemplações** - Nesta conta são registrados os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.
- k) **Recursos a Devolver a Consorciados Ativos** - Representam os recursos a devolver referentes ao rateio de encerramento do grupo ou pelos excessos de amortização.
- l) **Recursos a Devolver a Consorciados Desistentes** - Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.
- m) **Recursos do Grupo** - Nesta conta são registrados os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

NOTA 19 – RESULTADO ABRANGENTE

O resultado abrangente apurado refere-se a recuperação de remuneração incidente sobre recursos não procurados, líquido dos impostos sobre o lucro, devido a prescrição da obrigatoriedade, determinada por sentença judicial obtida na Justiça Federal da 4ª região, sob nro. 2008.71.00.000540-4.

NOTA 20 – JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2017 foram distribuídos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 294 (mil), calculados de acordo com a Lei nº 9.249/95. Para fins de atendimento às disposições societárias, os efeitos do registro dos juros foram eliminados do resultado, sendo reclassificados para conta de patrimônio líquido.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500.000 ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.
- b) **Reserva Legal** - Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.
- c) **Dividendos Propostos**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado do Exercício	4.377	1.243
(-) Reserva Legal (5%)	<u>(219)</u>	<u>(62)</u>
(=) Base de Cálculo Dividendo Obrigatório	<u>4.158</u>	<u>1.181</u>
Dividendo Obrigatório (25%)	<u>1.039</u>	<u>295</u>

d) **Reserva de Lucros Retidos**

A parcela não distribuída dos lucros, que monta em R\$ 569 (mil), foi destinada para a reserva de lucros retidos para futura destinação (aumento de capital, ou distribuição de lucros).

Porto Alegre, 23 de março de 2018.

RAFAEL DA SILVA REIS
Diretor

HUGO PINTO RIBEIRO
Diretor

LUIZ ALBERTO JACOBUS
Diretor

KÁTIA C. REICHERT DE ANDRADE
Contadora CRC/RS 85.035/O-6